



## INTERPELAÇÃO ESCRITA

No dia 29 de Junho do corrente ano, apresentei uma interpelação oral ao Governo sobre as medidas de apoio nesta fase de epidemia, e coloquei várias questões, nomeadamente: 1) Em relação aos apoios prestados pelo Governo nos meses de Fevereiro, Março e Abril do corrente ano, o Governo atribuiu um subsídio mensal de cinco mil patacas a todos os trabalhadores que se encontram em efectividade de funções, perfazendo um total de quinze mil patacas. Mas a epidemia continua, e muitos trabalhadores foram obrigados a tirar licença sem vencimento. O Governo dispõe de novas medidas de apoio?

2) As medidas de apoio da fase anterior destinavam-se a todos os trabalhadores, o que é radical, pois foram descurados outros indivíduos que também têm dificuldades. Se as autoridades implementarem uma nova ronda de medidas de apoio, devem adoptar critérios mais detalhados, para que o apoio seja concedido com mais precisão e a quem realmente precisa. Vão fazê-lo? 3) A taxa de desemprego em Macau é baixa, por isso, os desempregados conseguem facilmente encontrar novo emprego, mas, inevitavelmente, não vão consegui-lo nesta fase de epidemia, portanto, na verdade, também são vítimas da epidemia. Se as autoridades avançarem com uma nova ronda de medidas de apoio, devem considerar incluí-los. Ou será que vão implementar medidas eficazes para os ajudar a voltar ao trabalho rapidamente, agora ou na fase pós-epidemia?

No dia 31 de Julho do corrente ano, os membros do Governo



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

deslocaram-se à Assembleia Legislativa e responderam à minha interpelação oral. Lamentavelmente, na sua resposta, os dirigentes limitaram-se a repetir as medidas de apoio implementadas na primeira ronda das LAG, e responderam às minhas perguntas afirmando: "o Governo continua a acompanhar de perto a evolução da situação económica e do emprego" e "caso a epidemia se mantenha e o Governo entender necessário, tomará medidas de apoio". Esta resposta é equivalente a ignorar por completo a minha pergunta e a não dar qualquer informação útil. Assim sendo, interpelo novamente o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo afirmou que ia "continuar a acompanhar de perto a evolução da situação económica e do emprego.". Na realidade, verifica-se um aumento da taxa de desemprego e da taxa de subemprego e, mais importante, as situações de licença sem vencimento, que afectam directamente o rendimento e a sobrevivência dos trabalhadores, e não são reflectidas nos dados estatísticos actuais. Actualmente, muitos trabalhadores de diversos sectores, especialmente dos sectores onde a procura externa é predominante, são obrigados ao gozo "voluntário" de licenças sem vencimento. Se as autoridades vão mesmo "continuar a acompanhar de perto a evolução da situação económica e do emprego", então, de que medidas dispõem para fazer face a esta situação?
2. Os membros do Governo declararam publicamente na Assembleia Legislativa que "caso a epidemia seja contida, o Governo tomará,



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

quando considerar necessário, outras medidas para a sua atenuação.". É óbvio que a epidemia continua. Então, o Governo precisa, ou não precisa, de tomar medidas para aliviar as dificuldades?

3. Se as autoridades avançarem com uma nova ronda de medidas de apoio, devem adoptar critérios mais detalhados, para que o apoio seja concedido com mais precisão e a quem realmente precisa. Vão fazê-lo?

7 de Agosto de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

**Au Kam San**